



## CONTRATO Nº 01/2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CELEBRADO ENTRE O INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL – CÂMPUS TRÊS LAGOAS E A EMPRESA S. H. INFORMÁTICA LTDA.

Aos vinte e oito dias do mês de janeiro do ano de dois mil e quinze, compareceram, de um lado, o INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL – CÂMPUS TRÊS LAGOAS, inscrito no CNPJ nº 10.673.078/0008-05, situado na Rua Antônio Estevan Leal, nº 790, Jardim das Paineiras, CEP 79.641-162, Três Lagoas/MS, representada neste ato pela Diretora-Geral Em Exercício, Sueli Alves de Almeida, portadora da cédula de identidade nº 45.149.337-0 SSP/SP e CPF nº 352.241.448-92, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **S. H. INFORMÁTICA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 06.048.539/0001-05 com sede na Rodovia BR 163, KM 267,9 s/n – Fundos, Zona Rural, Dourados – MS, representada pelo Sr. Jorge Luiz Zenatti Filho, portador da Cédula de Identidade nº 1.321.880 SSP/MS e CPF nº 009.635.701-02, denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta do Processo nº IFMS 23347.000178.2015-20 e, em observância ao disposto nos termos da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, Lei nº 12.305 de 02/08/2010, Decreto 5.450, de 31/05/2005, Decreto 6.204, de 05/09/2007, Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº 3.693, de 20/12/2000, Decreto nº 3.722, de 09/01/2001, e Decreto nº 3.784, de 06/04/2001, Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006 e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01 de 19/01/2010 aplicando-se subsidiariamente o disposto na Lei nº 8.666, de 21/06/1993 resolvem celebrar o presente Contrato sob a forma de execução direta mediante as cláusulas e condições seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de gerenciamento, controle e intermediação no fornecimento de combustíveis para atender a frota de veículos do IFMS – Câmpus Três Lagoas em rede especializada de serviços, mediante a implantação de sistema de cartão magnético de monitoramento de frota, conforme especificações e condições constantes do Anexo I (Termo de Referência) do Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 366/2014 gerenciado pelo Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes – Superintendência Regional/MS, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no item 1.1 e à proposta vencedora, independentemente de transcrição, sendo aplicáveis ao Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia – Câmpus Três Lagoas os mesmos termos acordados com o Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes – Superintendência Regional/MS.

1.3. Objeto da contratação:

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	16950	Gasolina Comum	Litro	1.000	R\$ 3,21	R\$ 3.210,00
02	47627	Alcool	Litro	1.000	R\$ 2,39	R\$ 2.390,00
03	9140	Óleo diesel	Litro	4.500	R\$ 2,71	R\$ 12.195,00
04	9140	Óleo diesel S10	Litro	4.500	R\$ 2,86	R\$ 12.870,00
DISPÊNDIO TOTAL COM COMBUSTIVEL						R\$ 30.665,00
VALOR TOTAL						R\$ 30.665,00



**CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS UNITÁRIOS** – Os preços unitários correspondentes a cada item deste contrato são os constantes da proposta do Fornecedor Beneficiário, aceita no Pregão Eletrônico (SRP) nº 366/2014 gerenciado pelo Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes – Superintendência Regional/MS.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

3.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 12 (doze) meses, com início na data de 28/01/2015 e encerramento em 28/01/2016, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

- 3.1.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 3.1.2. A Administração mantenha interesse na realização do serviço;
- 3.1.3. O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração; e
- 3.1.4. A contratada manifeste expressamente interesse na prorrogação.
- 3.1.5. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

3.2. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

**CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA** – O Fornecedor Beneficiário se obriga a manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como:

4.1. Fornecer/executar o objeto da licitação de acordo com as especificações do Termo de Referência – ANEXO I, não se admitindo quaisquer modificações sem a prévia autorização do IFMS – Câmpus Três Lagoas;

4.2. Comunicar por escrito ao setor do IFMS – Câmpus Três Lagoas responsável pelo recebimento/fiscalização do objeto da licitação, no prazo máximo de 02 (dois) dias que antecedam o prazo de vencimento do fornecimento/execução do objeto da licitação, os motivos que impossibilitem o seu cumprimento.

4.3. Responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que venham a ser exigidas por força da lei, ligadas ao cumprimento do edital decorrente;

4.4. Responder por danos materiais, ou físicos, causados por seus empregados diretamente ao IFMS – Câmpus Três Lagoas ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo;

4.5. Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto desta licitação, sem prévia autorização do IFMS – Câmpus Três Lagoas;

4.6. Prestar esclarecimentos ao IFMS – Câmpus Três Lagoas sobre eventuais atos ou fatos desabonadores noticiados que a envolvam, independentemente de solicitação;

4.7. Havendo cisão, incorporação ou fusão da futura empresa contratada a alteração subjetiva do contrato ficará condicionada à observância, pela nova empresa, dos requisitos de habilitação de que trata o art. 27 da Lei 8.666/93, segundo as condições originalmente previstas na licitação; à manutenção de todas as condições estabelecidas no contrato original; à inexistência de prejuízo para a execução do objeto pactuado causado pela modificação da estrutura da empresa; e à anuência expressa da Administração, após a verificação dos requisitos apontados anteriormente, como condição para a continuidade do contrato.

4.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das prescrições referentes às leis trabalhistas, previdência social e de segurança do trabalho, em relação a seus empregados;

4.9. Possibilitar ao IFMS – Câmpus Três Lagoas, em qualquer etapa, o acompanhamento completo do fornecimento/execução do objeto da licitação, fornecendo todas as informações necessárias e/ou resposta a qualquer solicitação da Contratante;

4.10. Atender prontamente quaisquer exigências do representante do IFMS – Câmpus Três Lagoas, inerentes ao objeto do Termo de Referência – ANEXO I;



- 4.11. Fornecer cartões magnéticos personalizados e sem custo adicional, acompanhado da respectiva senha de utilização. Caso ocorra acréscimo na frota da contratante, o fornecimento dos novos cartões também será gratuito;
- 4.12. Garantir a validade dos cartões magnéticos e sua aceitabilidade em todos os municípios enumerados no Termo de Referência do referido Edital;
- 4.13. Substituir os cartões defeituosos ou danificados, sem custos para a contratante, sempre que for solicitado.
- 4.14. A contratada deverá disponibilizar sistema para consulta de créditos nos cartões;
- 4.15. Efetuar a recarga de créditos nos cartões, sempre que solicitada, no valor requerido pela contratante;
- 4.16. Credenciar junto ao IFMS – Câmpus Três Lagoas um representante domiciliado em Três Lagoas/MS, para prestar esclarecimentos, atender possíveis reclamações e providenciar o atendimento das solicitações formuladas;
- 4.17. Os postos conveniados com a contratada deverão fornecer ao condutor do veículo uma via do comprovante da operação para aquisição de combustível, no ato do abastecimento;
- 4.18. Disponibilizar, no mínimo, 03 (três) postos credenciados no município de Três Lagoas/MS, sede do IFMS – Câmpus Três Lagoas.
- 4.19. Deverão ser lançados no sistema de gestão dos cartões o valor do abastecimento, litragem e quilometragem do veículo após cada fornecimento;
- 4.20. A contratada deverá disponibilizar relatório semanal das operações realizadas, contendo:
- 4.20.1. Identificação do veículo e motorista;
  - 4.20.2. Local do abastecimento;
  - 4.20.3. Quantitativo de litros;
  - 4.20.4. Valor do abastecimento;
  - 4.20.5. Quilometragem por abastecimento;
  - 4.20.6. Saldo do Cartão;
  - 4.20.7. Identificação do Posto credenciado, com CNPJ, para efeito de retenção tributária.
- 4.21. Os cartões deverão ser bloqueados, sempre que solicitado pela contratante;
- 4.22. A contratante efetuará o pagamento dos créditos referentes aos produtos adquiridos, acrescido do percentual relativo à taxa de administração do serviço de gerenciamento de frota ou deduzido o valor percentual correspondente à taxa de administração negativa;
- 4.23. Reembolsar pontualmente aos estabelecimentos conveniados os valores referentes aos créditos utilizados decorrentes da contratação, asseverando-se que o IFMS – Câmpus Três Lagoas não responderá solidária ou subsidiariamente pelo reembolso, sendo este da exclusiva responsabilidade da empresa contratada, inexistindo qualquer relação financeira entre o estabelecimento que integrar a rede credenciada e o Contratante.
- 4.24. Não credenciar e/ou descredenciar os postos de abastecimento de combustíveis que estejam penalizados pelo não cumprimento das legislações vigentes sobre controle de poluição do meio ambiente, em especial as regulamentações do IBAMA e CONAMA.
- 4.25. O sistema tecnológico utilizado pela Contratada deverá permitir a extração de informações convenientes ao Contratante, por meio da emissão de relatórios gerenciais, conforme decisão do Gestor do Contrato.

**CLÁUSULA QUINTA - RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO IFMS - Caberá ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul – Câmpus Três Lagoas:**

- 5.1. Prestar as informações e os esclarecimentos necessários à realização do objeto deste certame;
- 5.2. Efetuar o pagamento mensal devido pela execução dos serviços e pelos créditos efetivamente utilizadas, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato;



5.3. Exercer a fiscalização dos serviços por servidores especialmente designados;

5.4. Comunicar oficialmente ao licitante contratado quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave.

**CLÁUSULA SEXTA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO –** O IFMS– Câmpus Três Lagoas fiscalizará a execução dos trabalhos, diretamente através servidor designado por meio de Portaria, que, entre outras atividades, se incumbirá de receber e atestar as faturas, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

6.1. O fiscal do contrato acompanhará o preço médio dos combustíveis praticado pela rede credenciada, a fim de verificar se está de acordo com o preço médio apurado pela Agência Nacional de Petróleo – ANP e divulgado na rede mundial de computadores, no sítio [www.anp.gov.br](http://www.anp.gov.br).

6.2. Para fins de fiscalização e acompanhamento dos preços praticados, na ausência de preços fornecidos pela ANP o fiscal do contrato poderá realizar cotações em postos de combustíveis das localidades arroladas no subitem 6.5 do Termo de Referência.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA DENÚNCIA E RESCISÃO**

7.1. O inadimplemento total ou parcial das obrigações contratuais assumidas dará ao CONTRATANTE o direito de rescindir unilateralmente este contrato, sem prejuízo de outras penalidades previstas neste instrumento.

7.2. Ensejará, ainda, a rescisão do presente instrumento celebrado com a CONTRATADA, caso esta cometa alguns dos casos abaixo elencados:

- a) Emissão fraudulenta ou irregular de documentos e/ou utilização do nome do CONTRATANTE à prática de qualquer ato ilícito;
- b) Prática de ato contrário às normas éticas e da boa conduta.

7.3. A rescisão contratual poderá ser:

- a) Administrativa, mediante ato escrito do CONTRATANTE;
- b) Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo; e
- c) Judicial, na forma da lei.

7.4. A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente do IFMS – Câmpus Três Lagoas, mediante notificação por escrito à outra parte, com prazo mínimo de 30 (trinta) dias de antecedência, sem incidência de multa. No caso de encerramento deste contrato em data diferente da data base, será pago o valor proporcional aos dias efetivamente utilizados dos serviços.

**CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO –** O pagamento será creditado em nome do contratado, mediante ordem bancária em conta corrente por ele indicada, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas neste edital, após o fornecimento/execução do objeto da licitação, no prazo de até 05 (cinco) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento, mediante apresentação, aceitação e atesto do responsável nos documentos hábeis de cobrança.

8.1. O pagamento mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária será realizado, desde que o contratado efetue cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

8.2. Para execução do pagamento de que trata o subitem anterior, o contratado deverá fazer constar da nota fiscal correspondente, emitida, sem rasura, em letra bem legível em nome do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul – Câmpus Três Lagoas, CNPJ nº 10.673.078/0008-05, o nome do banco, o número de sua conta bancária e a respectiva agência.

8.3. É vedada expressamente a realização de cobrança de forma diversa da estipulada neste contrato, em especial a cobrança bancária, mediante boleto ou mesmo o protesto de título, sob pena de aplicação das sanções previstas no edital e indenização pelos danos decorrentes.

8.4. Caso a contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos



e contribuições, conforme legislação em vigor. Nos casos de contratação de serviços de cessão de mão-de-obra, haverá regra específica no edital.

8.5. A nota fiscal correspondente deverá ser entregue pela contratada diretamente ao responsável pelo recebimento do objeto, que atestará e liberará a referida nota fiscal para pagamento, quando cumpridas todas as condições pactuadas.

8.6. Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida ao adjudicatário e o pagamento ficará pendente até que ele providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para o IFMS – Câmpus Três Lagoas.

8.7. Sobre o valor devido ao contratado, a Administração efetuará a retenção do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição para o PIS/Pasep, conforme disposto na Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 1.234/12.

8.8. Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar nº 116, de 2003, e legislação municipal aplicável.

8.9. A Administração deduzirá do montante a ser pago os valores correspondentes às multas e/ou indenizações devidas pelo contratado.

8.10. O desconto de qualquer valor no pagamento devido ao contratado será precedido de processo administrativo em que será garantido à empresa o contraditório e a ampla defesa, com os recursos e meios que lhes são inerentes.

8.11. É vedado ao contratado transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.

8.12. No caso de eventual atraso de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que o índice de compensação financeira devido será calculado mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

EM	=	Encargos Moratórios;
N	=	Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP	=	Valor da parcela a ser paga;
I	=	Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:
I	=	$\frac{(TX)}{365}$ I = $\frac{(6/100)}{365}$ I = 0,00016438
TX	=	Percentual da taxa anual = 6%

8.13. O pagamento será efetuado somente após as notas fiscais ou faturas serem conferidas, aceitas e atestadas pelo Fiscal do Contrato, sendo precedido de consulta ao SICAF, para comprovação do cumprimento dos requisitos de habilitação previstos nos arts. 27 a 32 da Lei nº 8.666/93.

8.14. Na hipótese de irregularidade da Contratada no Cadastro ou Habilitação junto ao SICAF, providenciar-se-á sua advertência, por escrito, no sentido de que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação, sob pena de aplicação das sanções previstas no edital e de rescisão do contrato, resguardada a ampla defesa. O prazo estabelecido neste subitem poderá ser prorrogado, a critério da Administração.

8.15. Qualquer alteração nos dados bancários deverá ser comunicada ao IFMS – Câmpus Três Lagoas, por meio de carta, ficando sob inteira responsabilidade do contratado os prejuízos decorrentes de pagamentos incorretos devido à falta de informação.

8.16. O pagamento efetuado pelo IFMS – Câmpus Três Lagoas não isenta o contratado de suas obrigações e responsabilidades assumidas.

**CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES** – O Fornecedor Beneficiário responderá administrativamente pela qualidade e eficiência dos serviços por ela executado, e essa se estenderá até o fim da vigência desta Ata de Registro de Preços.

9.1 O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado às seguintes penalidades:

9.1.1 Advertência por escrito;



- 9.1.2 Multa de mora de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor do contrato por dia de atraso, até o limite de 30 (trinta) dias, após o qual será caracterizada a inexecução total do contrato;
- 9.1.3 Multa compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato;
- 9.1.4 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- 9.1.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo de 02 (dois) anos.
- 9.2 A inexecução total ou parcial do contrato sujeitará o contratado às seguintes penalidades:
- 9.2.1 Advertência por escrito;
- 9.2.2 Em caso de inexecução parcial, multa compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato por ocorrência, até o limite de 10% (dez por cento);
- 9.2.3 Em caso de inexecução total, multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato;
- 9.2.4 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- 9.2.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de 02 (dois) anos.
- 9.3 Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União e, será descredenciado no SICAF pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo da aplicação de multa em percentual equivalente à multa prevista para inexecução total do contrato e das demais cominações legais.
- 9.4 O contratado que subcontrate, total ou parcialmente, o serviço contratado, associe-se com outrem, ceda ou transfira, total ou parcialmente, o objeto do contrato, bem assim realize a sua fusão, cisão ou incorporação, em todos os casos sem que ocorra a prévia e expressa autorização do IFMS – Câmpus Três Lagoas, formalizada por termo aditivo ao contrato, sofrerá a aplicação da penalidade de suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos.
- 9.5 As sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que:
- 9.5.1 Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 9.5.2 Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 9.5.3 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 9.6 As penalidades serão aplicadas após regular processo administrativo, em que seja assegurado ao licitante o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos que lhes são inerentes.
- 9.7 A multa será descontada da garantia do contrato e de pagamentos eventualmente devidos pela Administração.
- 9.8 A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública é de competência exclusiva do Ministro da Educação.



9.9 As demais sanções são de competência exclusiva do Ordenador de Despesas.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL** – As especificações e normas constantes do Edital do Pregão Eletrônico (SRP) nº 366/2014 – DNIT/MS integram este Contrato, independentemente de transcrição.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS CASOS OMISSOS** – Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – PUBLICAÇÃO** - Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DAS ALTERAÇÕES** - Este Contrato poderá ser alterado mediante Termo Aditivo, com as devidas justificativas, nos casos previstos no art. 65 da Lei nº 8666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA** - As despesas decorrentes da contratação objeto desta Licitação correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento Geral da União, para o exercício de 2015 e os subseqüentes, a cargo do IFMS – Câmpus Três Lagoas, conforme especificado:

Fonte: 0112000000 – PTRES: 088363 – PI: L20RLP0100N – Elemento de Despesa: 339030-01

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO** - As partes elegem o foro da Justiça Federal da Comarca de Três Lagoas, Estado de Mato Grosso do Sul, para dirimir quaisquer dúvidas suscitadas na execução deste contrato e renunciam, expressamente, quaisquer outros, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de pleno acordo, assinam o presente instrumento contratual em duas vias de igual teor e forma, para um só efeito.

  
Jorge Lúza Zenatti Filho  
CONTRATADO

  
Sueli Alves de Almeida  
CONTRATANTE

  
INSTITUTO FEDERAL  
MATO GROSSO DO SUL

Sueli Alves de Almeida  
Diretora de Administração

TESTEMUNHA 1  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

TESTEMUNHA 2  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_